

DISCIPLINA POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO

UNIDADE 4

**TABELA - MARCOS IMPORTANTES PARA O ESTUDO SOBRE:
POLÍTICAS PÚBLICAS E EDUCAÇÃO DE SURDOS¹**

Erica Esch Machado

1996	- Aprovação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei n. 9.394/96). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19394.htm - Aprovação da Declaração Universal dos Direitos Linguísticos. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/deconu/a_pdf/dec_universal_direitos_linguisticos.pdf .
1997	- Publicação do Vol. 1 da Coleção Programa de capacitação de recursos humanos do ensino fundamental - Deficiência Auditiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/def_visual_1.pdf
1998	-
1999	- Publicação do Decreto 3.298/99. Dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm - Publicação dos Parâmetros curriculares nacionais sobre Adaptações Curriculares. Disponível em: http://www.histoecultura.com.br/bibliotecavirtual/5%20PCN2-18necessidades.pdf - Produção e divulgação do documento: “A Educação que Nós Surdos queremos”. Disponível em: https://issuu.com/feneisbr/docs/documento_a_educacao_o_que_nos_surdos
2000	- Aprovação da Lei 10.098/00. Estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/110098.htm
2001	- Aprovação da Resolução CNE/CEB Nº 2/01. Institui Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf .
2002	- Aprovação da Lei 10.436/02. Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2002/110436.htm .
2003	-
2004	- Publicação do Decreto nº 5.296/04. Regulamenta as Leis nºs 10.048, de 8 de novembro de 2000, que dá prioridade de atendimento às pessoas que especifica, e 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm
2005	- Publicação do Decreto 5.626/05. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5626.htm .
2006	- Produção e divulgação do documento: “A educação que nós, surdos, queremos e temos direito” – elaborado pela comunidade surda a partir do encontro de surdos na Bahia, realizado na UFBA.

¹ Tabela sujeita a inserção de novos marcos.

	<p>- Início do primeiro Curso de Letras/Libras, oferecido na modalidade EaD, pela Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).</p> <p>- Abertura do Curso Normal Superior, na perspectiva bilíngue de surdos, no INES.</p>
2007	<p>- Produção e divulgação da Carta aberta ao MEC – dezembro (crítica à versão preliminar da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva - SEESP/MEC, 2007). Disponível em: http://www.eusurdo.ufba.br/.</p> <p>- Sugestões para o Texto da Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da educação inclusiva – dezembro. Disponível em: http://www.eusurdo.ufba.br/.</p> <p>- Abertura do primeiro Curso de Pedagogia, na perspectiva bilíngue de surdos, no INES.</p> <p>- Aprovação da Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo.</p>
2008	<p>- Divulgação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/politicaeduc ESPECIAL.pdf</p> <p>- Publicação do Decreto 6.571/08 sobre o AEE, revogado em 2011, pelo Decreto 7.611/11. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/decreto/d6571.htm.</p>
2009	<p>- Publicação do Decreto 6.949/09, que aprovou a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CIDPD). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm</p>
2010	<p>- Aprovação da Lei 12.319/10. Regulamenta a profissão de Tradutor e Intérprete da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/112319.htm</p> <p>- Participação de surdos na Conferência Nacional de Educação para elaboração do Plano Nacional de Educação</p>
2011	<p>- Tentativa de fechamento do INES</p> <p>- Produção e divulgação da Carta-Denúncia da FENEIS aos Ministérios Públicos Federais (MPF)</p> <p>- Divulgação do Plano Nacional dos Direitos das Pessoas com Deficiência (PNDDP) – o <i>Viver sem Limite</i>. Disponível em: https://www.gov.br/turismo/pt-br/centrais-de-conteudo-publicacoes/turismo-acessivel/Cartilha_Plano_Viver_sem_Limite.pdf</p> <p>- Participação dos movimentos surdos no processo de tramitação do Plano Nacional de Educação.</p> <p>- Publicação do Decreto 7.611/11. Dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7611.htm#art11.</p>
2012	<p>- Produção e divulgação da Carta Aberta dos Doutores Surdos ao Ministro Mercadante. Disponível em: http://www2.unirio.br/unirio/cchs/educacao/grupos-de-pesquisa/CARTAABERTADOSDOUTORESSURDOSAOADMINISTROMERCADANTE.pdf</p> <p>- Participação dos movimentos surdos no processo de tramitação do Plano Nacional de Educação</p>
2013	<p>- Participação dos movimentos surdos no processo de tramitação do Plano Nacional de Educação</p>
2014	<p>- Participação dos movimentos surdos no processo de tramitação do Plano Nacional de Educação</p>

	<p>- Aprovação da Lei 13.005/14. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/113005.htm.</p> <p>- Divulgação do Relatório sobre Política Linguística de Educação Bilíngue (Língua Brasileira de Sinais e Língua Portuguesa), elaborado pelo Grupo de Trabalho, designado pelas Portarias nº 1.060/2013 e nº 91/2013 do MEC/SECADI. Disponível em: https://moodle.ufsc.br/pluginfile.php/3120077/mod_folder/content/0/Relat%C3%B3rioMEC_SECADI.pdf?forcedownload=1</p>
2015	<p>- Aprovação da Lei 13.146/15. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm.</p> <p>- Nota Técnica 65 de 2015 do MEC/SECADI/DPEE, que invalidou o Relatório sobre Política Linguística de Educação Bilíngue – a esse respeito ver: https://www.youtube.com/watch?v=DYDn045EfuU&t=4395s (1h49m)</p>
2016	-
2017	- Realização da primeira edição do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) em Libras. Tema da redação: “Desafios para a formação educacional de surdos no Brasil”.
2018	<p>- Publicação do Decreto 9.262/18, extingue cargos efetivos vagos e que viessem a vagar dos quadros de pessoal da administração pública federal e vedou abertura de concurso público e provimento de vagas adicionais para os cargos que especifica, dentre eles o de “Tradutor e Intérprete” com Curso Superior (nível “E”).</p> <p>- Início do Curso de Pedagogia, modalidade EaD, numa perspectiva bilíngue, em 13 polos.</p>
2019	<p>- Aprovação do Decreto 10.185/19 - extinguiu uma série de cargos efetivos vagos ou que viessem a vagar na administração pública federal, vedando a abertura de concurso público, bem como o provimento de vagas adicionais ao previsto no edital para vários cargos. Dentre os cargos vagos (ou que viessem a vagar) extintos, está o de “Tradutor e Intérprete” e, dentre os cargos para os quais ficaram vedadas a abertura de concurso público e a criação de vagas adicionais, está o de “Tradutor e Intérprete de Linguagem [sic] de Sinais”. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10185.htm.</p> <p>- Decreto 10.195/19. Aprova a Estrutura Regimental e o Quadro Demonstrativo dos Cargos em Comissão e das Funções de Confiança do Ministério da Educação e remaneja e transforma cargos em comissão e funções de confiança. Dentre outras ações, cria a Diretoria de Políticas de Educação Bilíngue de Surdos (DPEBS). Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/decreto/D10195.htm.</p>
2020	<p>- Apresentação do PL 4.909/20 na Câmara e no Senado (objetivando modificar a LDB e introduzir a modalidade Educação Bilíngue de Surdos).</p> <p>- Publicação do Decreto 10.502/20 (cujo efeito, no momento, está suspenso pelo Supremo Tribunal Federal - STF). Institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida – objetivando substituir a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008).</p> <p>- Aprovação do Parecer do CNE n. 2 de 2020 sobre as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Oferta de Educação Plurilíngue (DCNEP). Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=156861-pceb002-20&category_slug=setembro-2020-pdf&Itemid=30192</p> <p>- Sustentação Oral - <i>Amicus curae</i> da FENEIS e participação em Audiência pública sobre a Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) referente ao Decreto 10.502/20 (10 dez. 2020). Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=qv4CQV9Arco.</p>
2021	- Divulgação da Proposta de Currículo para o Ensino de Português Escrito como Segunda Língua para Estudantes Surdos (MEC). Disponível em: https://www.gov.br/mec/pt-br/media/aceso_informacao/pdf/0CADERNODEINTRODUOISBN296.pdf .

	<p>- Participação da FENEIS em Audiência Pública (em formato híbrido), promovida pelo STF, referente ao Decreto 10.502/21 e posicionamento de Luís Roberto Barroso reconhecendo a especificidade da educação bilíngue de surdos.</p> <p>- Produção e divulgação da Carta Aberta de Doutores/as Surdos/as ao Senadores e Senadoras em Defesa do PL 4.909/2020.</p> <p>- Produção e divulgação da Carta Aberta de Doutores Surdos e Doutoradas Surdas aos Deputados e Deputadas Federais em Defesa do PL 4.909/2020.</p> <p>- Aprovação da Lei 14.191/21. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para dispor sobre a modalidade de educação bilíngue de surdos. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2021/Lei/L14191.htm.</p>
2022	<p>- Produção de Referenciais para o Ensino de Língua Brasileira de Sinais como primeira língua na Educação Bilíngue de Surdos (Arara Azul).</p>